



Câmara Municipal de  
**PARÁ DE MINAS**

**PROCURADORIA GERAL**

**CMPM – PG 08/2021**

Câmara Municipal de Pará de Minas - MG



**PROTOCOLO GERAL 239/2021**  
Data: 15/02/2021 - Horário: 17:14  
Legislativo - PJ 2/2021

**Parecer Jurídico à Proposta de Emenda à Lei Orgânica  
nº 02/2021.**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 02 /2021, apresentada por mais de 1/3 (um terço) dos vereadores.

Inicialmente, há de ser pontuado que a matéria em tramitação é de competência do Poder Legislativo; portanto, o entendimento é de que não há óbice jurídico à presente proposta de emenda, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos vereadores para sua aprovação ou reprovação.

A função legislativa é exercida pela Câmara Municipal, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las nos termos propostos como modelo pelo processo legislativo federal. Dessa forma, a atividade legislativa municipal submete-se aos princípios da Constituição Federal com estrita obediência à Lei Orgânica do município, à qual cabe o importante papel de definir as matérias de competências legislativas da Câmara, uma vez que a Constituição Federal não as exaure, pois usa a expressão interesse local como catalisador dos assuntos de competência municipal.

A alteração proposta ao inciso “I” do art. 49 da Lei Orgânica Municipal já foi alvo de discussões no legislativo municipal por diversas vezes em razão de a atual redação estabelecer um conflito entre a Lei Orgânica Municipal e a Lei Nacional 8.213/91.

Em tempos pretéritos, a administração pública não tinha a obrigatoriedade de recolher o INSS dos agentes políticos, porém o legislador, vislumbrando um grande número de agentes políticos no Brasil e considerando a transitoriedade do mandato, enxergou uma oportunidade de, em curto período de tempo, reforçar o caixa do INSS. Assim, por meio da Lei Nacional 10.887, de 2004, foi alterada a legislação previdenciária no país, quando se incluiu, no art. 11, inciso “I”, a alínea “j”, definindo que o agente político passaria a ser segurado obrigatório do INSS:

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

I - como empregado: (Redação dada pela Lei nº 8.647, de 1993)

.....  
j) o **exercente de mandato eletivo** federal, estadual ou **municipal**, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Incluído pela Lei nº 10.887, de 2004)



espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI; (grifo nosso)

Inclusive, no Congresso Nacional, a remuneração por participação em reuniões extraordinárias encontra-se vetada desde 2006, com a Emenda Constitucional nº 50:

Art. 57 - ...

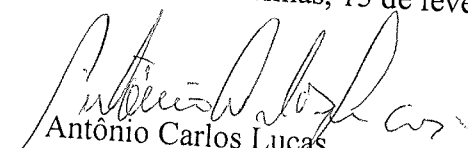
.....

§ 7º Na **sessão legislativa extraordinária**, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, **vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.**

Assim, em face do §4º do art. 39 e do art. 29, inciso VI, alínea “c” e art. 57, §7º, todos da Constituição Federal, ficou vedada a remuneração por reuniões extraordinárias ao agente político, razão pela qual a Câmara Municipal de Pará de Minas, não mais remunera os vereadores por participação em reuniões extraordinárias, não fazendo, portanto, sentido algum permanecer na Lei Orgânica Municipal o §5º do art. 25.

Por todo o exposto, nos posicionamos pela legalidade da proposta de emenda à Lei Orgânica em estudo.

Pará de Minas, 15 de fevereiro de 2021.

  
Antônio Carlos Lucas  
Procurador Geral

  
Sheila Bastos Gomes  
Procuradora Adjunta